

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.563/0001-57

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foram emitidos em 19 de maio de 2025, sem modificações.

| ATIVO | Balanço Patrimonial (Em milhares de reais) | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Demonstrações de resultados (Em milhares de reais) | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------|--|----------------|-----------------------|------------|------------------------------|------------|--|--|-------------------|--------------------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Circulante | Total | Circulante | Total | Receita operacional líquida | 15.430 | 17.003 | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 1.712 | 486 | Fornecedores | 5.761 | 10.399 | | Custo com energia elétrica | (1.437) | (2.249) | | |
| Concessionárias | 1.933 | 2.296 | Impostos a pagar | 271 | 389 | | Encargos de uso da rede elétrica | (10) | | | |
| Impostos a compensar | 1.122 | 1.059 | Outras contas a pagar | 358 | 352 | | Energia elétrica comprada para revenda | | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | 11 | - | | | | | Custo de operação | | | | |
| Estoque material de manutenção | 1.627 | 3.846 | | | | | Depreciações | (4.327) | (4.291) | | |
| Despesas antecipadas | 92 | 94 | | | | | Materiais e serviços de terceiros | (7.925) | (4.414) | | |
| Outros créditos | 147 | 147 | | | | | Outros custos de operação | (754) | (944) | | |
| Total | 6.644 | 7.928 | | | | | Lucro bruto | (14.453) | (11.898) | | |
| Não circulante | | | | | | | Despesas e Receitas | | | | |
| Partes relacionadas | 39.633 | 39.425 | | | | | Materiais e serviços de terceiros | (48) | (68) | | |
| Imobilizado | 148.105 | 151.921 | | | | | Outras despesas e receitas operacionais | (52) | 1.929 | | |
| Intangível | 11 | 12 | | | | | Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos | (100) | 1.861 | | |
| Total do ativo | 187.749 | 191.358 | | | | | Resultado financeiro | 877 | 6.966 | | |
| | | | | | | | Resultados financeiros | 159 | 139 | | |
| | | | | | | | Despesas financeiras | (725) | (834) | | |
| | | | | | | | Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (566) | (695) | | |
| | | | | | | | Tributos sobre o lucro | 311 | 6.271 | | |
| | | | | | | | Correntes | (523) | (602) | | |
| | | | | | | | Resultado líquido do exercício | (212) | 5.669 | | |
| | | | | | | | Resultado por ação atribuível aos acionistas | (0,015) | 0,0401 | | |
| | | | | | | | Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais) | | | | |
| | | | | | | | Resultado líquido do exercício | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | |
| | | | | | | | Resultado líquido do exercício | (212) | 5.669 | | |
| | | | | | | | Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais) | | | | |
| | | | | | | | Capital social | 34.747 | 386 | Reservas legais | 5.502 |
| | | | | | | | Reservas de lucros | - | - | Lucros acumulados | - |
| | | | | | | | Total | - | - | Total | - |
| | | | | | | | Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 34.747 | 386 | 5.502 | - |
| | | | | | | | Aumento de capital | 135.847 | - | - | 40.635 |
| | | | | | | | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | - | - | 5.669 | 5.669 |
| | | | | | | | Constituição de reserva legal | - | 283 | - | (283) |
| | | | | | | | Dividendo mínimo obrigatório | - | - | (1.345) | (1.345) |
| | | | | | | | Compensação do prejuízo | - | - | 4.034 | (4.034) |
| | | | | | | | Reserva de retenção de lucros | - | - | 7 | (7) |
| | | | | | | | Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 170.594 | 669 | 9.543 | - |
| | | | | | | | Aumento de capital | 1.470 | - | - | 1.470 |
| | | | | | | | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | - | - | (212) | (212) |
| | | | | | | | Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 172.064 | 669 | 9.543 | (212) |
| | | | | | | | Total | 182.064 | 669 | 9.543 | (212) |
| | | | | | | | | | | | |

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Além disso:

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers

Adriano Formosinho Correia

Contador

CRC 1BA029904/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe inc